

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO EM MUSEU DE CIÊNCIAS: UM ESTUDO PRELIMINAR DO PLANO DIRETOR DO JARDIM BOTÂNICO DO RECIFE

ACCESIBILIDAD E INCLUSIÓN EM UM MUSEO DE CIENCIAS: UM ESTUDO PRELIMINAR DEL PLAN MAESTRO DEL JARDÍN BOTÁNICO DE RECIFE

Diandra de Fátima Melo Campos

Universidade Federal de Pernambuco
diandra.ufpe@gmail.com

Suzane Bezerra de França

Universidade Federal de Pernambuco
suzane.franca@upe.br

RESUMO

Este estudo consiste numa primeira etapa de uma pesquisa de mestrado em andamento, que tematiza a questão da inclusão em museus de ciências. Dessa forma, o presente trabalho buscou identificar dimensões de acessibilidade e inclusão presentes no Plano Diretor do Jardim Botânico do Recife – JBR. A partir da análise documental foi possível identificar as dimensões correspondentes ao desenho universal, acessibilidade arquitetônica, comunicacional, de formação e conscientização de visitantes e mediadores do JBR. Por outro lado, os resultados preliminares revelaram que a concepção de acessibilidade plena e universal são contempladas de modo parcial.

Palavras-chave: educação museal; museu de ciências; acessibilidade; inclusão; jardim botânico.

Eixo temático: 5. Divulgação científica e ensino de Ciências e Biologia em espaços não escolares

Modalidade: Pesquisa acadêmica

RESUMEN

Este estudio constituye una primera etapa de una investigación de maestría en curso, que tematiza la cuestión de la inclusión en museos de ciencias. De esta manera, el presente trabajo buscó identificar dimensiones de accesibilidad e inclusión presentes en el Plan Director del Jardín Botánico de Recife – JBR. A partir de una lectura analítica, fue posible identificar las dimensiones correspondientes al diseño universal, accesibilidad arquitectónica, comunicacional, de formación y concienciación de visitantes y

mediadores del JBR. Por otro lado, los resultados preliminares revelaron que la concepción de accesibilidad plena y universal está contemplada de manera.

Palabras clave: Educación museística; museo de ciencias; accesibilidad; inclusión; Jardín Botánico

Eje temático: 5. Divulgación científica y enseñanza de Ciencias y Biología en espacios no escolares

Modalidad: investigación académica.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a inclusão de pessoas com deficiência é norteadada como direito através de leis que tratam do tema, sendo reafirmada, mais recentemente, por meio do Estatuto da pessoa com deficiência, promulgado na forma da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. De acordo com o Art. 27 (Ibidem), a educação é considerada um direito, que deve ser assegurado através de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida.

Desta forma, o presente trabalho buscou caracterizar as dimensões de acessibilidade e inclusão presentes no Plano Diretor do Jardim Botânico do Recife – JBR, ao considerá-lo um importante instrumento de gestão para os museus. Nessa perspectiva, segundo a Política Nacional de Educação Museal (Brasil, 2018), os museus devem buscar a “acessibilidade plena”, ou seja, superar as diversas barreiras que dificultam ou impedem o acesso das pessoas a essas instituições culturais. É imprescindível que a organização desses espaços atenda às necessidades de todos os seus usuários, que sejam pensados e desenvolvidos projetos que garantam o respeito e a fruição para todos e todas (Schuindt e Silveira, 2020).

O papel social dos museus de ciências para a formação da cidadania, tem sido amplamente evidenciado, por diferentes pesquisadores e instituições. Conforme Marandino (2008) a preocupação em tornar a exposição acessível ao público é enfatizada, de maneira que este público a compreenda, tornando-a significativa. No entanto, estudos enfocando a inclusão nesses ambientes são recentes, como aponta Celeste e Silveira (2019) a quantidade de pesquisas desenvolvidas na área ainda é pequena e não fornece dados suficientes para que possamos compreender de que modo os museus estão atuando para se tornarem acessíveis e inclusivos.

Nessa direção por meio deste estudo buscamos identificar aspectos em que a inclusão e acessibilidade são conceitos indissociáveis e não se restringem as pessoas com deficiência, pois consideramos que a acessibilidade sozinha, não garante a inclusão, e nossa perspectiva teórica tem como base a perspectiva do Desenho Universal, esses conceitos serão explicitados com base teórica na sessão a seguir.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A definição aprovada em 24 de agosto de 2022 durante a Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus - ICOM (2022) em Praga, considera o museu uma instituição permanente, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade que pesquisa, coleta, conserva, interpreta e exibe patrimônio material e imaterial. Aberto ao público, acessível e inclusivo, os museus promovem a diversidade e a sustentabilidade. Eles operam e se comunicam de forma ética, profissional e com a participação de comunidades, oferecendo experiências variadas para educação, diversão, reflexão e compartilhamento de conhecimento.

Na perspectiva da pesquisa em Educação, os jardins botânicos, são considerados museus de ciências, e assim, como outros tipos de museus são espaços não escolares de aprendizagem. Corroborando com Marandino (2005), no que se refere aos museus de ciências, pode-se compreendê-los como espaços educacionais que oferecem experiências que vão além do deleite e da diversão. Eles geram programas e projetos educativos baseados em modelos sociais e culturais, selecionando parte da cultura produzida para torná-la acessível aos/às estudantes e/ou visitantes.

De acordo com Schuindt e Silveira (2020), os Museus de Ciências são instituições promotoras de vivências e experiências, troca e compartilhamento de reflexões sobre os saberes, adotando estratégias comunicacionais que podem favorecer o engajamento da população e a socialização desses conhecimentos. Para tanto, é necessário romper com as barreiras que impedem a acessibilidade nesses espaços.

Corroborando com a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015, pode-se destacar a importância de superar de barreiras urbanísticas, arquitetônicas, comunicacional, atitudinal e tecnológica. No entanto, a superação dessas barreiras não é suficiente para que um ambiente seja considerado inclusivo.

Nesse sentido, destacamos o conceito de “Acessibilidade Plena” conforme a Política Nacional de Educação Museal - PNEM (Brasil, 2018), que pode ser compreendido também como “Acessibilidade emocional”, pois ambos conceitos são formulados por Duarte e Cohen e inclui a superação das diversas barreiras que dificultam ou impedem a acessibilidade aos museus, significa, a capacidade do lugar de acolher seus visitantes, de gerar afeto, de despertar a sensação de fazer parte do ambiente e de se reconhecer como pessoa bem-vinda (Portela, 2018).

Nessa perspectiva, torna-se evidente que a conquista da Acessibilidade Plena por um espaço museal, depende da manifestação inequívoca do interesse institucional em alcançar esse objetivo. Embora a relevância da Acessibilidade e Inclusão em museus seja reconhecida há algum tempo, pesquisas aprofundadas sobre essa temática em museus e centros de ciências são fenômenos recentes. Nessa direção, consideramos pertinente analisar os currículos dos museus e seus planos museais, visando identificar um compromisso com a acessibilidade e inclusão nos espaços não formais de educação.

A acessibilidade deve fazer parte da missão, da visão e dos valores de todos os museus, fazendo cumprir seu papel social e educativo aberto e a serviço da sociedade (Brasil, 2016). Nessa perspectiva, os planos museológicos são fontes de informações relevantes que devem abranger o conceito de acessibilidade compreendida como direito de vida independente, exercício de direitos de cidadania e participação social (Sarraf, 2018, p. 26).

Diante disso, é necessário que as instituições museais desenvolvam seu trabalho pautado na acessibilidade universal, como forma de alcançar os diferentes interesses, agendas e pertencimentos culturais que os visitantes exibem. Assim, como descrito pelo Instituto Brasileiro de Museus (2016) ao reunir subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. realça que se faz imperativo aceção da acessibilidade universal.

A vantagem de adotar o Desenho Universal como parâmetro para garantir o acesso para todos os públicos dos museus é permitir que as configurações físicas e comunicacionais, além da criação de novas estratégias de formação de público, sejam adequadas para todas as pessoas, sejam quais forem suas características pessoais, sociais ou de habilidades, uma vez que esses parâmetros consideram uma escala larga de preferências e de habilidades individuais ou sensoriais dos usuários, para que qualquer ambiente ou produto possa ser alcançado, manipulado e usado, independentemente do corpo do indivíduo,

postura, mobilidade e aptidões sensoriais ou intelectuais (Brasil, 2016, p. 99).

É importante destacar, que os conceitos de acessibilidade universal e acessibilidade plena são conceitos análogos e para alcançá-los é necessário considerar medidas que adotem o Desenho Universal nos espaços museais, bem como nos planos museológicos. Para tanto, é necessário que os museus pensem a acessibilidade como um tema prioritário e integrante do seu planejamento, seja por meio de um programa específico ou nos demais, ou seja, a obrigação das instituições museológicas com a acessibilidade não deve ser reduzida a ações ou atividades pontuais.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Na primeira etapa desse trabalho, tivemos como base a leitura analítica do Plano diretor do Jardim Botânico do Recife - JBR, que se constitui em uma fonte de dados, visando ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que estas possibilitem a obtenção de respostas ao problema da pesquisa (Gil, 2002). Para tanto, buscamos identificar no documento fragmentos que estejam em consonância com Lei nº 13. 16/2015 e com a Política Nacional de Educação Museal.

Conforme aponta Cândido (2014), falar de planejamento institucional para museus, no Brasil é falar do plano museológico. A inegável diversidade faz a riqueza e a potência do mundo dos museus, mas não deve ser a escusa para que estas instituições fiquem à margem do planejamento. Portanto, no presente trabalho, reafirmamos os apontamentos de Cândido (2014) e do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM (2016), que reforçam relevância dos planos museológicos para a gestão desses espaços.

Nesse contexto, conforme Lima, Alonso e Ritter (2021), aplicamos a Análise de Conteúdo – AC, para análise de dados e tratamento de resultados. Essa metodologia de análise tem sua origem no final do século XX e ascendeu para diferentes áreas quando cientistas começaram a se interessar pela sua aplicação. Suas características foram desenvolvidas ao longo dos anos e vem atingindo novas possibilidades ao se integrar a pesquisa qualitativa.

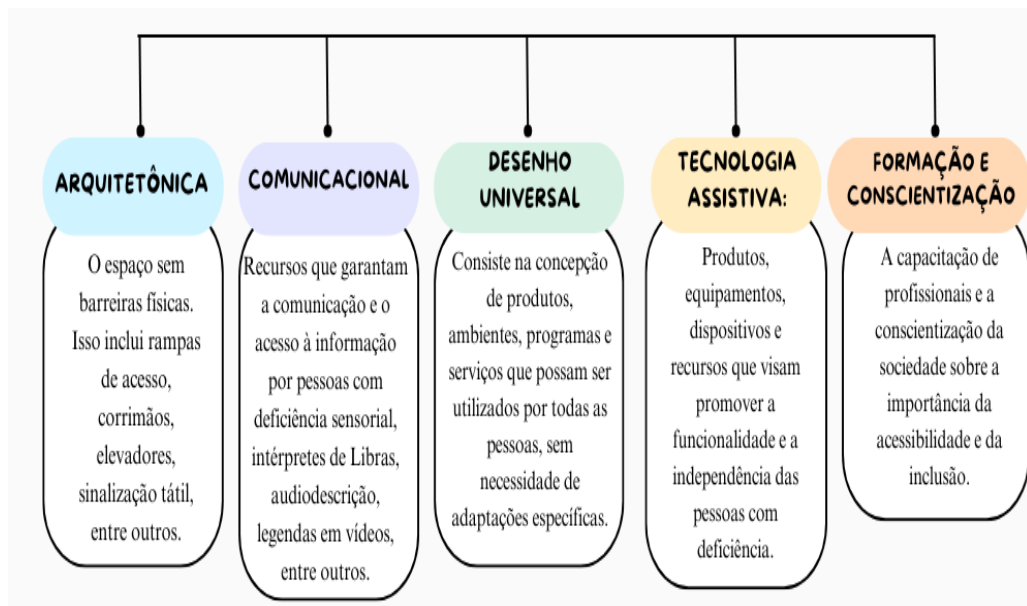
Nessa perspectiva, a pesquisa teve como base a abordagem qualitativa, conforme aponta Gil (2002, p. 133) “depende de muitos fatores, tais como a natureza dos dados

coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a investigação". Sendo assim, a existência de um quadro teórico direcionador é fundamental para orientar a coleta, a análise e a interpretação dos dados. Apesar da importância do quadro teórico, a pesquisa qualitativa deve manter certa flexibilidade para permitir a adaptação aos dados coletados e a novas descobertas que surjam durante o processo investigativo.

Para caracterizar os dados coletados, elencamos alguns conceitos que abordam a acessibilidade, visando a garantia de um espaço museal plenamente inclusivo (figura 1). Nesse sentido, destacamos as dimensões de acessibilidade que nortearam nossa análise, pautada na Lei nº 13. 16/2015 e a Política Nacional de Educação Museal.

É importante destacar, que as dimensões destacadas não são as únicas que garantem a inclusão, pois existem outras barreiras que devem ser identificadas e analisadas, como a dimensão atitudinal afetiva, por exemplo. No entanto, elencamos esses conceitos visando uma análise documental e entendemos que a priori essas dimensões nos dão aporte teórico. Como destacam Schuindt e Silveira (2020), a inclusão nestes espaços só consegue atingir seu objetivo se a acessibilidade possibilitar e favorecer a autonomia do (a) visitante. Nessa perspectiva, compreendemos que não é possível incluir, em espaços museais, sem que exista espaços acessíveis, para todos os tipos de público, pois a autonomia do sujeito deve ser uma premissa fundamental para que a inclusão aconteça.

Figura 1: Dimensões de acessibilidade



Fonte: Lei nº 13.148/2015 adaptado pelas autoras

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Brasileira de Inclusão nº 13. 16/2015, tem como objetivo garantir e promover a inclusão social e a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência, abrangendo diversos aspectos da vida em sociedade, incluindo o acesso a espaços públicos, como parques e jardins botânicos.

Nesse sentido, a partir da leitura analítica do Plano Diretor do JBR, identificamos a dimensão de acessibilidade arquitetônica na sessão “Área construída”, onde há a descrição de uma trilha especial voltada para o público cadeirante. Ao proporcionar trilhas acessíveis e sinalizadas, o Jardim Botânico do Recife contribui para a promoção da inclusão e da igualdade de oportunidades, permitindo que pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, possam desfrutar do espaço natural de forma autônoma e independente.

Reunimos fragmentos do plano, nos quais foram identificadas as dimensões de acessibilidade comunicacional, a formação continuada e o desenho universal (quadro 1). Esses trechos foram acomodados em cada uma das dimensões e estão apresentados na íntegra, conforme consta no documento. Assim, podemos destacar que o Plano Diretor, aborda de forma detalhada a acessibilidade comunicacional, quando descreve o Jardim

sensorial que pode ser encontrado na sessão “Jardins” e na sessão de “Objetivos” apresenta perspectivas do desenho universal e dimensão de formação/conscientização.

Quadro 1: dimensões da acessibilidade identificadas no plano diretor do JBR

| Desenho universal | Acessibilidade comunicacional | Formação e conscientização |
|---|---|---|
| <p>Criar material didático/informativo acessível a todos os públicos;</p> <p>Sistematizar a coleta de dados do público visitante, criando instrumentos específicos para tal fim;</p> <p>Elaborar dinâmicas recreativas e educativas que sensibilizem quanto às questões socioambientais, levando-se em conta o perfil etário e a escolaridade do grupo;</p> | <p>O Jardim sensorial foi especialmente desenvolvido em parceria, a fim de propiciar a educação ambiental inclusiva, permitindo o acesso da população portadora de necessidades especiais ao contato com o mundo vegetal e com as sensações de estar dentro de um bosque de floresta atlântica. A sua estrutura é formada por uma bancada que expõe os vasos de plantas a aproximadamente 1,2 m de altura do nível do chão, orientada por sinalização no solo e por uma guia com identificação das espécies em Braille. O espaço ainda possui uma cascata artificial e um espaço amplo de contemplação dos sons, ruídos e clima da floresta. A apresentação das plantas está dividida por plantas aromáticas, texturais e odoríferas.</p> <p>Caminho pavimentado e sinalizado para deficientes visuais.</p> | <p>Integrar o público portador de necessidades especiais, por meio de ferramentas múltiplas, para o despertar de seus conhecimentos sobre as plantas e a sua importância social, cultural e econômica; Estimular e promover capacitação de recursos humanos (monitores, recepcionistas, atendentes) nos conteúdos que envolvem a educação ambiental e excelência em atendimento, especificamente, voltados para pessoas portadoras de necessidades especiais.</p> |

Fonte: As autoras

É importante destacar que o plano diretor do JBR, é um documento que foi elaborado entre os anos de 2012 e 2013, portando faz referência a pessoa com deficiência através do termo “portador de necessidades especiais”, bem como utiliza ao termo

“cadeirante” e “deficiente visual”. No entanto, de acordo com a Lei Brasileira de Inclusão, os termos atuais são, “pessoa com deficiência”, “pessoa com deficiência física” e “pessoa cega” ou pessoa com “deficiência visual”, respectivamente.

O objetivo principal identificado no documento analisado visa “despertar o público visitante para a criação de uma cultura/consciência de conservação da diversidade biológica, mostrando como é fundamental, em termos éticos, para a melhoria da qualidade de vida”. Assim, podemos considerar a importância de caracterizar as dimensões de acessibilidade no Plano Diretor do JBR, tendo como pressuposto que o espaço recebe visitantes espontâneos e de escolas, que apresentam características diversas e para que esse objetivo seja atingido, é imprescindível que ações inclusivas façam parte do seu planejamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, foi possível verificar a inserção da temática de acessibilidade e inclusão no plano museológico do JBR, com base na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Museal. Assim, identificamos no documento que a acessibilidade e inclusão são abordadas, contemplando as dimensões arquitetônica, comunicacional, desenho universal e formação/conscientização dos (as) profissionais do Jardim Botânico do Recife.

Com essa análise preliminar, não localizamos no Plano a dimensão de tecnologia assistiva. Sabemos que **as tecnologias assistivas oferecem recursos e dispositivos que permitem às pessoas com deficiência realizar tarefas diárias, participar de atividades e interagir com o ambiente de forma autônoma (Brasil, 2015). Corroborando com Schuindt e Silveira (2019) tal preposição explicita a importância de se ampliar os Museus de Ciências Acessíveis, pois é imprescindível que todos os públicos sejam amplamente incluídos nesses espaços e que possam usufruir todas as suas funcionalidades de maneira autônoma.**

De acordo com Brasil (2016), a importância do Plano Museológico está associada às mudanças em diretrizes da política museal e devem explicitar em seus programas ações relativas à acessibilidade de todas as pessoas nos **museus. Marandino (2015) enfatiza a importância de criar estratégias educativas que atendam às necessidades específicas**

de cada público, contribuindo para uma experiência enriquecedora e inclusiva nos museus de ciências.

Finalmente, este estudo permitiu observar um compromisso do Jardim Botânico do Recife, no que se refere a acessibilidade e a inclusão, por meio da identificação desses conceitos em diferentes seções do documento, demonstrando que tornar o espaço acessível a todos os públicos está na pauta de importância da instituição, no sentido de promover a participação ativa de pessoas com deficiência em atividades educativas e de lazer relacionadas à conservação ambiental. No entanto, não se pode afirmar que o Plano Diretor do JBR contempla a acessibilidade plena, podemos considerar que essa dimensão é contemplada de modo parcial. Assim, os dados aqui reunidos irão balizar o desenvolvimento da pesquisa de campo a fim de verificar como a acessibilidade e inclusão se revelam nos espaços expositivos do JBR.

REFERÊNCIAS

BRASIL . Lei nº 13. 16, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 20 de mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Cultura. Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Ministério da Cultura: Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/Caderno-da-PNEM.pdf>. Acesso em: 15 maio. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Subsídios para a elaboração de Planos Museológicos. 2016.

CELESTE, C.; SILVEIRA, C. **Acessibilidade nos museus brasileiros: tendências da produção acadêmica**. Acessibilidade nos Museus brasileiros: tendências da produção acadêmica, 2019. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wp-content/uploads/2012/10/MediacaoemFoco.pdf> Acesso em: 04 de jun. 2022.

GIL, A. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ICOM. International Council of Museums. 2022 - **YEARS OF DEFINING THE MUSEUM**. Disponível em: <https://icom.museum/en/>. Acesso em: 07 de março. 2022.

LIMA, F.; ALONSO, M.; RITTER, O. **A análise de conteúdo como metodologia nos periódicos Qualis-CAPES A1 no Ensino de Ciências**. V. 10, N 3,. Journals in Science Education. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/13378>. Acesso em: 06 de abril. 2023

MARANDINO, M. **Educação em museus: mediação em foco. Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciência**. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <http://www.geenf.fe.usp.br/v2/wpcontent/uploads/2012/10/MediacaoemFoco.pdf>. Acesso em: 10 de jun. 2022.

SCHUINDT, C.C. SILVEIRA, C. **A educação inclusiva em espaços não formais: Uma análise dos museus de ciências brasileiros**. Educação em Revista. Belo Horizonte, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/jLkrTk3JFkJvwDR9Md9z3TP/?lang=pt>. Acesso em: 6 de maio. 2022.

CÂNDIDO, M. M. D. **O Papel do Planejamento nos Pequenos Museus**. Revista Memória em Rede, Pelotas, v.4, n.10, Jan./Jun. 2014 – ISSN- 2177-4129.